

V ENCONTRO AMAZÔNICO SOBRE MULHERES E GÊNEROS – GEPEM
19 a 21 de novembro de 2019
Universidade Federal do Pará (UFPA)
At1 gênero, identidade e cultura

**A CONQUISTA DO ESPAÇO FEMININO NO ENSINO SUPERIOR: UM OLHAR SOBRE O
CURSO DE EDUCAÇÃO FÍSICA.**

Autora: Beatriz Lorena Macedo Cruz -Universidade do Estado do Pará (UEPA)

Co-autor: Ms. Celso Michiles Barreto - Faculdade FACI/WYDEN

RESUMO

O trabalho de pesquisa teve como objetivo demonstrar o processo de conquista do espaço feminino nos Cursos de Educação Física do Brasil, apresentando as questões de gênero existentes em relação ao feminino, a partir de publicações científicas da língua portuguesa na área da educação física no ensino superior. Para o levantamento de dados utilizou-se de revisão sistemática com as palavras-chave representatividade, empoderamento feminino, gênero, educação física; foram utilizadas ao final do processo 8 obras que atenderam aos critérios de inclusão e exclusão. Após o estudo, concluiu-se que a representatividade das mulheres que frequentam o curso de educação física ainda não é equivalente à dos homens, por uma série de motivos já mencionados. Entretanto, as estimativas são de que o nível de representatividade destas mulheres cresça progressivamente nos anos que ainda virão.

Palavras-chave: Representatividade. Empoderamento feminino. Gênero. Educação Física

ABSTRACT

The research work aimed to demonstrate the process of conquering the female space in Physical Education Courses in Brazil, presenting the existing gender issues in relation to the feminine, from scientific publications of the Portuguese language in the area of physical education in higher education. For data collection, we used a systematic review with the keywords representation, female empowerment, gender, physical education; eight works that met the inclusion and exclusion criteria were used at the end of the process. After the study, it was concluded that the representation of women attending physical education is not yet equivalent to men, for a number of reasons already mentioned. However, it is estimated that the level of representativeness of these women will grow progressively in the years to come.

Keywords: Representativity. Female empowerment. Genre. Physical education.

SUMARIO

| | | |
|----------|---|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 03 |
| 2 | DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS | 04 |
| 3 | CONCLUSÃO | 10 |
| | REFERENCIAS | 11 |

1 INTRODUÇÃO

O trabalho a seguir corresponde a uma revisão sistemática que tem como objetivo mostrar como foi dada a conquista do espaço feminino no ensino superior, especificamente nos cursos de educação física do Brasil. Além do mais, busca relatar as questões de gênero existentes em relação ao feminino, a partir de publicações científicas da língua portuguesa na área da educação física e ciências a fim, que abordam temas sobre a presença de mulheres nos cursos superiores e como aconteceu o processo histórico de inserção dessas mulheres. Para que a pesquisa fosse realizada, houve a imprescindibilidade de utilizar da internet para encontrar as publicações científicas que contivessem características as quais se adequassem aos critérios de inclusão e exclusão que foram estabelecidos ao início desta pesquisa, a fim de apresentar levantamentos sobre o assunto, constatar fatos e refletir sobre o processo histórico do feminino no ensino superior e também sobre as questões de gênero existentes. Inicialmente foram encontradas, a partir de palavras chaves selecionadas (representatividade, empoderamento, feminina, mulher, gênero, educação física, ensino superior), 59 publicações científicas e ao fim foram utilizadas 8 obras para propiciar embasamento à construção deste trabalho.

2 DADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS

Historicamente, ocorrem discriminações de gênero advindas do período patriarcal, no qual os homens eram detentores do poder sobre as mulheres. Segundo Ribeiro (2003, p. 79), no período colonial, de 1500 a 1822, “tanto as mulheres brancas, ricas ou empobrecidas, como as negras escravas e as indígenas não tinham acesso à arte de ler e escrever” (...). (VIANA, SOUZA, NETA, 2017, p.4)

A realidade vivida pelas mulheres no período colonial é muito diferente da que a mulher atual vive, pois lhe eram negados seus direitos e não podiam ter acesso a conhecimentos da época que eram destinados apenas aos homens, como por exemplo a educação básica e principalmente a educação superior. As mulheres eram limitadas ao ambiente doméstico, atarefada com os afazeres do lar, cuidados com marido e filhos, por serem julgadas como o “sexo frágil”, que supostamente seria delicado e frágil, sendo posto em situação de inferioridade.

Beltrão e Alves (2009, p. 128) mencionam que o “decreto imperial que facultou à mulher a matrícula em curso superior data de 1881. Todavia, era difícil vencer a barreira anterior, pois os estudos secundários eram essencialmente masculinos, além de caros e os cursos normais não habilitavam as mulheres para as faculdades”(…). Apesar da divergência nas informações, todas confirmam que o acesso da mulher ao ensino superior só ocorreu nos anos de 1880 no Brasil. (PEREIRA, FAVARO, 2017, p.5532)

Graças a desinquietação das mulheres que queriam ter os seus direitos de estudar, ter conhecimento de mundo, independência intelectual e financeira para que não fossem restringidas ao lar e tudo aquilo que a sociedade culturalmente sempre impôs ao gênero feminino, foi o ponto de partida para que houvessem mudanças. Essas mudanças iniciaram quando mulheres foram à luta e conquistaram seu espaço que vem crescendo gradativamente de forma apreciável.

Entre as modificações sociais de gênero que ocorreram na sociedade brasileira nas últimas décadas, a inserção da mulher na universidade tem se mostrado uma das mais significativas. (ROMANELLI, 2000 apud ÁVILA, PORTES, 2009, p.92)

A mulher brasileira contemporânea conquistou e continua conquistando seu lugar na sociedade, principalmente no que diz respeito ao ensino superior que é um intermédio para a proporção da melhora de vida, pois insere estas mulheres no mundo do mercado de trabalho, gerando a elas a independência e o empoderamento que há anos atrás não existia.

Por muitos anos a educação superior foi considerada um privilégio masculino e a presença das mulheres nas universidades brasileiras era bastante reduzida. Tal situação apenas começa a se alterar na década de 1970, com o início de questionamentos a respeito da posição social e econômica da mulher e o maior acesso do contingente feminino às universidades. (VENTURINI, 2017, p.1)

A partir da década de 70, onde houveram estas indagações a respeito do lugar da mulher na sociedade, as mulheres almejavam conquistar o seu maior grau de educação e partiram para a investida de obterem vagas nas Universidades, cursar e concluir os cursos escolhidos ainda que existissem grandes dificuldades tanto pelo gênero quanto pela sociedade.

O conceito de gênero, construído inicialmente nos anos de 1960 se consolida no movimento feminista na década de 1980, a partir de autores como Scott (1990) e Nicholson (2000) que ajudam na compreensão de que as diferenças observadas entre mulheres e homens são construções sociais e históricas e devem ser dimensionadas como hierarquias de poder. Para Scott (1990, p. 75) “gênero é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”. (ARTES, CHAGAS, 2017, p.1)

Por décadas o gênero feminino foi julgado e discriminado pelo que o patriarcado estipulou, pela visão do corpo da mulher, visto como instrumento sexual de reprodução e incumbido das responsabilidades domésticas. A partir do movimento feminista em 1980, esses padrões de visão sobre o corpo feminino começaram a mudar pois as mulheres estavam cansadas de serem vistas como apenas um corpo destinado a satisfação dos homens e da sociedade como um todo.

A tentativa de equidade entre os sexos é a grande questão da nova era, uma vez que as mulheres estão alcançando a sua educação a nível superior que por tempos lhes foi negado, ficando claro que o sexo feminino pretende estar no mesmo nível acadêmico que os homens e que futuramente o percentual quantitativo de mulheres dentro das salas de aula de universidades seja igual ao percentual quantitativo de homens.

Metade da população potencialmente interessada em ingressar no ensino superior é constituída por mulheres. Diante da crescente expansão desse grau de ensino, principalmente a partir de 1967 – 1968, cabe indagar até que ponto esse fato vem redundando em maior abertura das oportunidades de acesso para os elementos do sexo feminino (...). Num momento em que os papéis sexuais tradicionais estão sendo questionados e redefinidos em diferentes sociedades, e em que a situação de inferioridade social e econômica da mulher já não é pacificamente aceita, seu acesso às oportunidades de formação universitária pode ser considerado como um objetivo intermediário importante para atingir maior igualdade entre os sexos no mundo do trabalho e na organização social em geral. (BARROSO, MELLO, 1975, p.47)

Dados do Censo Demográfico do IBGE indicam que em 1970 as mulheres representavam 26,6% da população com nível universitário, proporção esta que subiu para 45,5% em 1980 (GUEDES, 2008, p. 124 apud VENTURINI, 2017, p.2).

Estes dados mostram o quanto o quantitativo de mulheres aumentou naquele ano e estes números não pararam de crescer no decorrer do tempo, pois as mulheres estão dominando as universidades e mostrando para a sociedade machista brasileira onde também é o lugar delas.

O aumento da participação feminina no ensino superior é reflexo da consolidação de direitos adquiridos pelas mulheres ao longo do tempo, neste sentido, as políticas públicas voltadas para a democratização do acesso, contribuíram efetivamente para que estes resultados fossem atingidos. As reformas e programas governamentais são instrumentos facilitadores da promoção da igualdade de oportunidades entre os gêneros. (VIANA, SOUZA, NETA, 2017, p.8)

Mesmo que as políticas e ações asseguradoras da equivalência de gênero sejam iniciantes no Brasil e que ainda não sejam capazes de evitar a discriminação sexista sofrida pelas mulheres, não pode ser negado que existe esse amparo mínimo para estas questões. Ao conquistar seus direitos como cidadãs, as mulheres buscaram usufruir do que lhes foi concedido da melhor forma possível, buscando progredir educacionalmente, socialmente e humanamente.

Em 1998, a Unesco promoveu uma conferência que resultou na Declaração Mundial sobre Educação Superior no século XXI, que destacava a necessidade de aniquilar todos os estereótipos de gênero da educação superior, eliminando as diferenças de gênero que existem durante o período de graduação, fortificando a presença de mulheres nas várias áreas do conhecimento ofertadas pelas universidades, sobretudo nos cursos onde estas mulheres ainda não estão tão representadas.

Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) sobre a mulher na educação superior brasileira, no período compreendido entre os anos 1991-2005 (RISTOFF et al., 2007), revelam, também, que ao longo do período estudado, as mulheres não só representam a maior parte dos inscritos nos vestibulares como a maioria dos ingressantes no ensino superior e a maior parcela dos concluintes, tendo obtido mais sucesso acadêmico que os homens. (ÁVILA, PORTES, 2009, p.94).

Observa-se que o sexo feminino possui mais interesse na introdução ao ensino superior, em função disso que as informações oferecidas pelas pesquisas na área consolidam as mulheres como as que mais se inscrevem no vestibular e ingressam nas universidades. A consequência disto é que boa parte da área acadêmica hoje está sendo representada pelas mulheres e o sucesso destas está se tornando real.

Em 2005, as mulheres representaram 55,5% dos inscritos nos vestibulares, 55% dos ingressantes e 62,2% dos concluintes nos cursos superiores. Nesse mesmo ano, observando-se a dependência administrativa das instituições de ensino superior, as estatísticas apontam que 45,2% das mulheres matriculadas nesse nível de ensino encontram-se na rede privada e 42,6% na rede pública. O estudo apresenta apenas os dez maiores cursos de graduação do país por número de matrícula. Em 2005, as mulheres foram maioria em cinco deles: Pedagogia (91,3%), Comunicação Social (56,6%), Letras (80%), Ciências Contábeis (50,7%) e Enfermagem (82,9%). Nos cursos de Administração (com 49,2%), Direito (48,9%) e Educação Física (43,1%), embora as

mulheres não sejam maioria, a distância com relação à porcentagem de homens é pequena. (ÁVILA, PORTES, 2009, p. 94-95)

Gráfico 1: Mulheres interessadas no ensino superior em 2005:

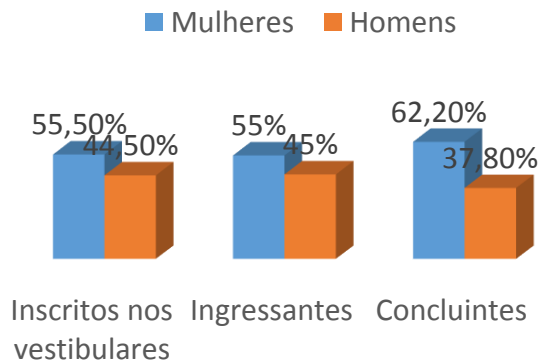


Gráfico 2: Representação feminina nos dez maiores cursos de graduação do país por número de matrícula:

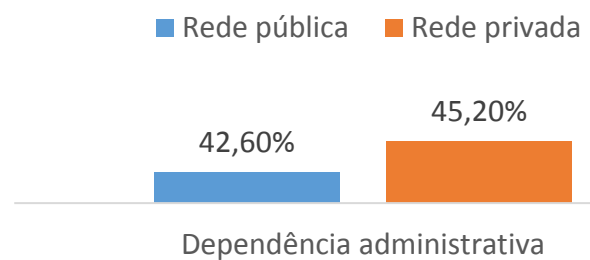


Gráfico 3: Quantitativo de mulheres nos maiores cursos de graduação do país por número de matrícula:

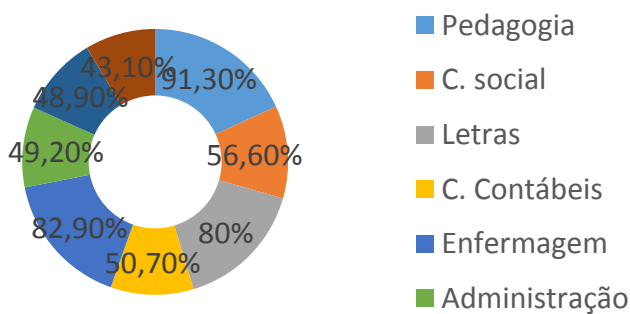
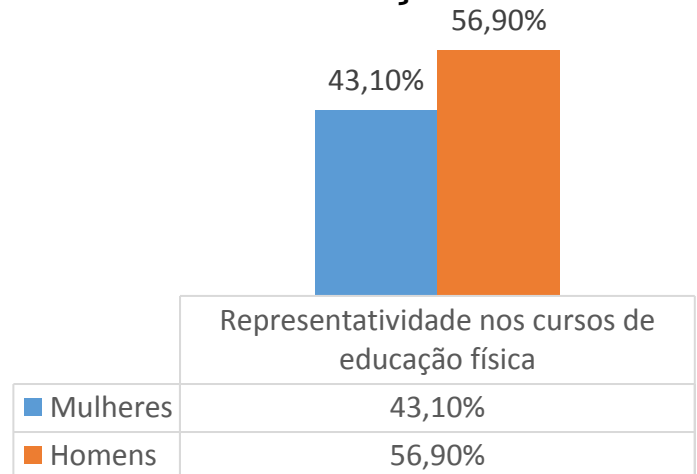


Gráfico 4: Dados de representatividade no curso de educação física



Como consta nos referenciais de 2005, os cursos de educação física, tanto de Universidades públicas quanto de particulares, já haviam conquistado 43,1% de representatividade feminina em si, quase metade do quantitativo de alunos ingressos. Este valor percentual não estava longe do percentual masculino na época que era de 56,9%, subentendendo que as mulheres estavam se equiparando aos homens que frequentavam o curso desde aquela época.

Dados do Censo da Educação Superior divulgados pelo INEP indicam que em 2015 as mulheres representaram 59,88% dos estudantes que concluíram cursos de graduação presenciais no Brasil. (VENTURINI, 2017, p.3)

Segundo informações do Censo da Educação Superior, divulgado em 2016, o perfil do discente da graduação no Brasil demonstra que há uma predominância de mulheres tanto na modalidade presencial quanto à distância. Além disso, o turno noturno é o que possui mais estudantes matriculados na modalidade presencial. (VIANA, SOUZA, NETA, 2017, p.8)

Se tratando de todas as ciências ofertadas pelo ensino superior, as mulheres ultrapassaram a somatória de homens existentes nas universidades tanto na modalidade presencial quanto à distância, equivalendo mais da metade de das vagas ofertadas.

Infelizmente dentro dos cursos de educação física esta realidade ainda não é um fato, por a profissão ainda ser considerada mais voltada para homens, pelo seu cunho educacional prático-corporal. Isto está ligado claramente a uma questão de gênero que ainda é vigente nos dias atuais, por influência da cultura discriminatória enraizada na sociedade brasileira.

Além de considerar gênero como uma categoria de análise, é importante considerá-lo uma categoria histórica. Pois não há sociedade que não elabore imagens vinculadas ao masculino e ao feminino, e essas construções são datadas e contextualizadas. As ações humanas não são apenas fruto de decisões racionais, mas se estruturam a partir do imaginário social com seus simbolismos que subsistem nas culturas. (ZUZZI, SAMPAIO, KNIJNIK, 2008, p.128)

Diversos procedimentos repetidos no cotidiano evidenciam a construção das matrizes de gênero sobre o sexo anatômico, a exemplo das cores, o cor-de-rosa para as meninas e o azul para os meninos. Ou então, os brinquedos bonecas e panelinhas para as meninas, carrinho e ferramentas para os meninos. O tipo de trabalho, o “pesado” é para homem, o “leve” é para mulher e, comumente, na prática esportiva, futebol e basquete são para os meninos, enquanto ginástica e dança para as meninas. (ZUZZI, SAMPAIO, KNIJNIK, 2008, p.128)

Com base nessas informações, percebe-se o por que o curso de educação física tem matriz patriarcal, um certo machismo disfarçado, visto que desde o princípio a visão social do sexo feminino é determinado como pouco apto a realizar atividades pesadas, práticas esportivas e o alto rendimento. Entretanto as mulheres vêm comprovando que esta percepção sobre elas está completamente errônea, porque progressivamente estas estão cada vez mais ativas nas práticas corporais que demanda a educação física, encaminhando-se para a formação desta área científica que é rica em conhecimento e conseqüentemente quebrando paradigmas.

As diferenças existentes entre os sexos não podem sustentar discriminações e desigualdades sociais, como se os “órgãos genitais”, entre outros fatores fisiológicos, fossem um meio pelo qual pudéssemos esclarecer os processos de subordinação e dominação

historicamente construídos. O preconceito não se encontra no “corpo anatômico”, mas no “corpo culturalizado”. (ZUZZI, SAMPAIO, KNIJNIK, 2008, p.128-129)

As mulheres ainda enfrentam grandes obstáculos na introdução e permanência no ensino superior, principalmente na educação física, por todas as situações que foram expostas ao longo deste estudo. Porém são barreiras que podem ser superadas em virtude do empoderamento feminino.

3 CONCLUSÃO

Este estudo teve como objetivo apresentar como ocorreu o processo de conquista do espaço feminino no ensino superior, com um olhar voltado para o curso de educação física. Pôde ser observado que existiram várias dificuldades ao longo deste percurso, iniciando-se com a negação dos direitos educacionais as mulheres no período colonial, seguindo pela discriminação do corpo feminino, do “sexo frágil”, da prevalência de homens no ensino superior e favoritismo masculino em determinados cursos; assim como o preconceito sobre a capacidade feminina em determinadas atividades.

Fez-se claro o interesse feminino em ingressar neste nível educacional, em busca dos seus direitos, introdução ao mercado de trabalho e conquista da melhoria de vida, apesar dos obstáculos. As mulheres deste século estão ocupando mais da metade das vagas ofertadas pelo ensino superior do Brasil, em universidades públicas e privadas, tanto na modalidade presencial quanto à distância.

Contudo, a representatividade das mulheres que frequentam o curso de educação física ainda não é equivalente à dos homens, por uma série de motivos já mencionados. Entretanto, as estimativas são de que o nível de representatividade destas mulheres cresça progressivamente nos anos que ainda virão.

REFERENCIAS

VENTURINI. **A PRESENÇA DAS MULHERES NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS: UM PANORAMA DE DESIGUALDADE.** 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1500230828_ARQUIVO_Ann_aCarolinaVenturini_Texto_completo_MM_FG.pdf. Acesso em: 06.06.2019

ARTES, CHAGAS. **A PRESENÇA DE MULHERES NO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO: UMA MAIORIA SEM PRESTÍGIO.** 2017. Disponível em: http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1496748817_ARQUIVO_faze_ndogenero_final.pdf. Acesso em: 06.06.2019

BARROSO, MELLO. **O ACESSO DA MULHER AO ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO.** 1975. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1813>. Acesso em: 06.06.2019

ZUZZI, SAMPAIO, KNIJNIK. **NÃO É PRECONCEITO, É? UMA ANÁLISE DE GÊNERO DO DISCURSO DISCENTE NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM EDUCAÇÃO FÍSICA.** 2008. Disponível em: <http://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/remef/article/viewFile/1508/1127>. Acesso em: 06.06.2019

VIANA, SOUZA, NETA. **DISTRIBUIÇÃO E REPRESENTATIVIDADE FEMININA: UM ESTUDO SOBRE A UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA –UESB.** 2017. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/recuesb/article/view/3584>. Acesso em: 06.06.2019

PEREIRA, FAVARO. **HISTÓRIA DA MULHER NO ENSINO SUPERIOR E SUAS CONDIÇÕES ATUAIS DE ACESSO E PERMANÊNCIA.** 2017. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/26207_12709.pdf. Acesso em: 06.06.2019

ÁVILA, PORTES. **NOTAS SOBRE A MULHER CONTEMPORÂNEA NO ENSINO SUPERIOR.** 2017. Disponível em: <http://revista.uemg.br/index.php/malestar/article/viewFile/13/41>. Acesso em: 06.06.2019

COSTA, SARDENBERG. **TEORIA E PRÁXIS FEMINISTAS NA ACADEMIA: OS NÚCLEOS DE ESTUDOS SOBRE A MULHER NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS.** 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16171>. Acesso em: 06.06.2019